

Terça-feira

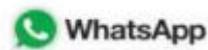
Teresina, 2 de fevereiro de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.



WhatsApp

(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ FUNCIONALISMO PÚBLICO

Governo volta atrás e manda pagar insalubridade integral

O Estado também vai devolver o montante descontado de cerca de 10 mil servidores públicos em janeiro.

LUCIANO COELHO
REPORTER DE POLÍTICA

O Governo do Estado voltou atrás na decisão de corte das gratificações de insalubridade dos servidores da Saúde, Educação, Assistência Social, Justiça, Polícia e do Instituto de Assistência à Saúde e anunciou que vai voltar a pagar os valores sem os descontos aplicados em janeiro. O Governo também vai devolver o montante descontado no mês passado dos servidores, cerca de 10 mil no total.

A informação foi confirmada ao Diário do Povo ontem à tarde pela assessoria do secretário de Governo, Merlong Solano. O secretário vai se reunir hoje com os sindicatos das categorias que tiveram cortes na insalubridade para definir como serão pagos os valores da gratificação e devolvido o que foi descontado em janeiro. Segundo dados da Secretaria de Administração, foram R\$900 mil cortados dos contracheques dos servidores.

A reunião vai definir a forma de restituição da gratificação cortada no mês de janeiro,



Foto: Divulgação

SECRETÁRIO DE GOVERNO, Merlong Solano: governo vai voltar a pagar gratificação de insalubridade

se em folha suplementar ou no contracheque do mês subsequente. A determinação do governador Wellington Dias é voltar a pagar a gratificação de insalubridade da mesma forma como era antes. Segundo a reportagem do jornal Diário do Povo apurou, houve um desentendimento entre o parecer da Procuradoria Geral do Estado e o do Tribunal de Contas do Estado sobre os percentuais para o pagamento da gratificação aos servidores.

O governo voltou atrás depois da insatisfação dos servi-

dores e da ocupação do gabinete do secretário de Governo, Merlong Solano. A decisão de voltar atrás foi acertada ontem em negociação que envolveu o secretário Merlong Solano e uma comissão formada por representantes de vários órgãos do Governo, dentre eles a presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde do Estado do Piauí (Sindespi), Edna Martins.

"Durante a reunião ficou decidido que a gratificação por insalubridade será paga de acordo com os valores de abril de

2014. Ou seja, como era pago até o mês de dezembro do ano passado", afirmou Eliete Pereira, também do Sindespi. O governo se pautou num acórdão do TCE-PI que teria expedido resolução mudando o sistema de pagamento da insalubridade e que levou o Governo a determinar o corte de até 50% da insalubridade no mês passado. O TCE-PI confirmou ontem que o pagamento da gratificação de insalubridade estava errada - o Estado estava pagando mais do que devia (veja matéria nesta página).

Secretário faz nova consulta ao TCE-PI

CATARINA SANTIAGO
REPÓRTER DE POLÍTICA

O secretário de Administração e Previdência do Piauí, Franzé Silva, esteve ontem no Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), para solicitar esclarecimentos adicionais na aplicação dos cortes na gratificação de insalubridade dos servidores públicos. A consulta se deve à repercussão negativa da medida junto à categoria, que fez protesto na semana passada no Palácio de Karnak. Os servidores amea-

çam paralisar as atividades, caso o governo não volte atrás nos cortes.

O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde do Estado do Piauí (Sindesp), afirma que o governo cortou pela metade os percentuais de insalubridade, que são de 10%, 20% e 40%, sem nenhum aviso aos trabalhadores. O secretário da Administração e Previdência, Franzé Silva, disse que foi feita uma correção nos percentuais que estavam sendo pagos de forma indevida. Segundo ele, os percentuais de insalubridade

de 10%, 20% e 40% devem ser pagos aos trabalhadores da iniciativa privada, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Já no caso de servidores públicos, a lei que regulamenta pagamentos, gratificações, insalubridade, entre outros, é 8.112/90, chamada de Regime Estatutário. Por essa lei, os percentuais devido aos servidores da saúde seriam de 5%, 10% e 20%. Franzé disse ainda ao Diário do Povo que o TCE confirmou a correção nos percentuais de insalubridade. "O Estado estava praticando

alíquotas em cima de uma regulamentação do setor privado, regulamentado pela CLT. Tanto a equipe técnica do Tribunal quanto ao Ministério Público de Contas têm esse entendimento", frisou o secretário.

Franzé disse ainda que a medida é resultante da auditoria que está feita na folha de pagamentos do Estado. Ele ressaltou que a "readequação" é para proteger o servidor que pode ser impedido de se aposentar, caso seja comprovado que ele recebeu algum valor indevido durante os anos de trabalho.

Tribunal diz que valor é acima do devido

O procurador do Ministério Público de Contas do Estado do Piauí, Leandro Maciel do Nascimento, confirmou que o secretário da Administração e Previdência, Franzé Silva, esteve no Tribunal de Contas requerendo novas informações sobre os cortes na gratificação de insalubridade. Ele confirmou ainda que os percentuais que vinham sendo pagos aos servidores estadu-

ais da saúde do Piauí tinham base na CLT, que regula o pagamento dos trabalhadores da iniciativa privada, e não servidores públicos.

"O Estado vinha pagando o percentual de insalubridade com base na legislação que regulamenta os trabalhadores da iniciativa privada. E aí, no ano de 2014, o Estado do Piauí propôs uma alteração legislativa e a Assembleia Legislativa aprovou

no sentido de conceder o pagamento na forma de lei federal do regime estatutário. A princípio, houve uma redução de percentuais com essa alteração"

Leandro Maciel disse ainda que o que o secretário da Administração está requerendo do Tribunal de Contas é um detalhamento maior, deixando bem claro, inclusive com exemplos, como o Estado deve aplicar a lei no caso da gratifi-

cação de insalubridade aos servidores estaduais da saúde. Isso porque o secretário estaria com dúvidas sobre a aplicação exata da lei. "O Tribunal de Contas tem a obrigação de responder a consultas feitas pelos órgãos da administração pública. A princípio, eu sugeri que o secretário oficializasse uma nova consulta para ter essas dúvidas respondidas", finalizou. (CS)

Simepi denuncia Estado e Prefeitura ao TCE-PI

O Sindicato dos Médicos do Piauí protocolou denúncia junto à Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) contra o Governo do Estado e o Município de Teresina sobre o descumprimento do regime de progressão dos médicos e profissionais da área de saúde referentes ao Plano de Cargos e Carreiras Médicas regulamentada na esfera estadual e municipal.

O ouvidor do TCE-PI, conselheiro Kennedy Barros, afirmou que diante da denúncia irá fazer o chamamento das partes para apresentar seus argumentos. Ele disse que já notificou o

secretário da Saúde, Francisco Costa, e o presidente da Fundação Municipal de Saúde, Francisco de Sá e Pádua através de ofício. O prazo para que o Tribunal ouça as partes é de 10 dias.

No ofício encaminhado ao Governo do Estado pelo TCE, consta, que entre as reclamações do denunciante estão, "descaso perante a categoria quanto ao direito à ascensão, por meio da progressão e promoção funcional, conforme previsto na LC nº 90/2007, posteriormente alterada pela LC nº 100/2008, LC nº 153/2010 e por fim, a Lei nº 6.277/2012". (CS)

Governo corta gastos para não perder dinheiro do Bird

Foto: Divulgação

Comissão faz monitoramento de despesas para garantir liberação de US\$ 320 milhões do Banco Mundial

O Governo do Estado montou uma comissão econômica para manter o equilíbrio financeiro do Estado. A comissão faz um observatório constante das despesas públicas, para manter o Estado dentro da responsabilidade fiscal e dentro dos limites financeiros. A determinação do governador Wellington Dias é segurar, ao máximo possível, as despesas que possam ser contidas. Atualmente, o Estado está em grau de alerta sobre o cumprimento da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) no tocante aos gastos com pessoal.

Se o Estado extrapolar os limites da LRF ou ficar em condição de inadimplência deixa de receber repasses de convênios e perderá a operação de crédito de US\$ 320 milhões com o Banco Mundial, que está na fase final de negociação e deve sair a partir de abril, em duas etapas - a primeira de US\$ 200 milhões, o equivalente a pouco mais de R\$ 800 milhões. O superintendente de Cooperação Técnico-Financeira do Estado, Sérgio Miranda, disse que a comissão é formada pelos secretários de Fazenda, Planejamento, Administra-



SECRETÁRIO Rafael Fonteles, da Fazenda: Estado precisa assegurar dinheiro do Banco Mundial, que deve sair em abril

ção e Governo, pelo procurador-geral do Estado e pelo controlador-geral do Estado.

Segundo ele, a equipe está monitorando as finanças estaduais para evitar qualquer problema que venha a inviabilizar as transações que estão em andamento. "O esforço do governador é manter o Estado sempre dentro da responsabilidade fiscal e aplicar os recursos dentro dos limites financeiros. Ele advertiu que a crise e as dificuldades afetaram principalmente as fincas dos estados e municípios, mas o Piauí está dentro do equilíbrio e tem que manter isso, independente-

mente das operações de crédito e dos convênios", adiantou Sérgio Miranda.

Ele destacou que as despesas estão sendo contidas ao máximo, mas têm outras que não tem como, porque vem de cima para baixo. Por isso, o governo montou um grupo que se reúne com frequência para debater as finanças públicas. "Em alguns momentos o grau de alerta sobre as finanças aumenta. Estamos numa situação que precisa ser gerenciada. E tivemos impactos com o excedente sobre o aumento do piso nacional dos professores, do aumento do salário mínimo e

outros reajustes que têm que honrar", explicou.

Sérgio Miranda explicou que o programa de investimentos organizado pelo Estado tem por finalidade complementar os recursos para investimentos com o dinheiro do empréstimo do Banco Mundial. Ele destacou que os juros do banco são baixos e o empréstimo em dólar é muito vantajoso para o Governo do Piauí. O dinheiro do Banco Mundial tem destino certo para políticas públicas que serão financiadas nas áreas de Saúde, Educação, Desenvolvimento Rural, melhorias na gestão pública e regularização fundiária.

Estado mantém finanças em dificuldades

O secretário de Fazenda, Rafael Fonteles, destaca que estão previstos investimentos de R\$ 1,2 bilhão, que serão aplicados em obras de mobilidade urbana, estradas, Saúde, Educação e Desenvolvimento Rural. Ele revelou que as finanças do Estado continuam em dificuldades para manter a máquina pública funcionando e honrar os pagamentos com o funcionalismo e fornecedores. "O primeiro

semestre vai ser de muita dificuldade. Mas no Piauí, temos a operação de crédito com o Banco Mundial, que está prevista para ser aprovada no Senado ainda neste mês de fevereiro, o que significa mais de R\$ 1,2 bilhão", disse o secretário.

"A gente gostaria de ver no segundo semestre a repercussão de medidas que devem ser tomadas agora. Esperamos que a situação do

Executivo com o Congresso melhore para que essas medidas sejam aprovadas e a sociedade sinta esta repercussão positiva", acrescentou Rafael Fonteles. Ele acredita que parte do crédito do Banco Mundial, cerca de R\$ 800 milhões, deve ser liberada no final do mês de abril. "Assim teremos novas obras que impactam na vida da sociedade", frisou o secretário.

O secretário ressalta ainda

que a situação do tesouro estadual permanece em dificuldades com os recursos investidos nas despesas correntes como a folha de pagamento e o custeio dos órgãos. "Tivemos o crescimento das despesas no ritmo da inflação e não vamos ter esse crescimento na receita. Porém, vindo o dinheiro do Banco Mundial, o tesouro estadual poderá se ocupar dele com as despesas correntes", explicou. (LC)



02/02/2016 - 06h58

Uso de máquinas do PAC

A+ aumentar fonte A- diminuir fonte

TCE recebe denúncia contra prefeita Chirlene de Souza

A prefeita deverá ser autuada e notificada por meio postal para que até o dia 13 de fevereiro de 2016 se manifeste sobre o caso.

PRISCILA CALDAS, DO GP1

Atualizada em 02/02/2016 - 06h59

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) recebeu, no dia 27 de janeiro, denúncia contra a Prefeita de Jerumenha, Chirlene de Souza Araújo (PSDC), acusada de apropriação indevida de dinheiro público, nos exercícios financeiros de 2013 a 2015.

A denúncia foi feita por Osvaldo Ribeiro de França que alegou e provou que a Prefeita de Jerumenha contratou uma empresa para fazer a limpeza e coleta, onde a mesma apenas fornece as notas. No entanto, na prática, são utilizadas as máquinas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e um caminhão em nome de Isaias Soares de Amorim, que tem adesivo da empresa que seria a responsável para efetuar a limpeza. O fato está ocorrendo até a presente data da realização da denúncia.

Imagem: Divulgação



Prefeita de Jerumenha, Chirlene de Souza Araújo (PSDC)

O Conselheiro Substituto do TCE-PI, Alisson Felipe de Araújo, decidiu encaminhar a denúncia para a Diretoria Processual do órgão a fim da Prefeita Chirlene de Souza ser autuada e notificada por meio postal para que até o dia 13 de fevereiro de 2016 se manifeste sobre o caso.

Caso a defesa seja entregue em tempo oportuno, a Diretoria Processual ficará autorizada a fazer a incorporação aos autos, mas caso contrário, será realizado a devolução do processo.

Outro lado

A Prefeita Chirlene de Souza não foi localizada para comentar a denúncia